para fins comerciais ou lucrativos, em estabelecimentos de venda, locais de criação, feiras e concursos, provas funcionais, publicidade ou fins similares, pelo que, em cumprimento do previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de Dezembro, nenhum animal das categorias acima referidas poderá ser vacinado contra a raiva antes de ser identificado electronicamente.

3 — Em respeito dos número anteriores e conforme preconizado no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, deverão os detentores de cães com 3 meses ou mais de idade, nomeadamente os pertencentes às categorias referidas no número anterior, relativamente aos quais não se verifique que já se encontrem identificados, promover que os mesmos sejam apresentados, em conformidade com o preconizado no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, nos dias, horas e locais anunciados nos editais afixados nos locais públicos do costume ou fazê-los identificar por médico veterinário de sua escolha.

4 — Os equipamentos de identificação electrónica utilizados deverão obedecer aos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 313/2003.

5 — A taxa a aplicar pelos serviços oficiais de identificação electrónica é fixada, em conformidade com o artigo 10.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e as Pescas.

6 — Compete às direcções regionais de agricultura, através de editais a afixar nos lugares públicos do costume, dar conhecimento às populações deste aviso e, bem assim, do calendário do serviço oficial de identificação electrónica a efectuar em cada concelho.

15 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *Carlos Agrela Pinheiro.*

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Rectificação n.º 345/2007

Por se ter verificado lapso na publicação do despacho (extracto) n.º 25 390/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 238, de 13 de Dezembro de 2006, a p. 28 711, referente a promoções automáticas, rectifica-se que onde se lê «Técnica de informática do grau 1» deve ler-se «Técnica de informática do grau 1, nível 1» e onde se lê «Técnica de informática do grau 2» deve ler-se «Técnica de informática do grau 1, nível 2».

11 de Janeiro de 2007. — O Subdirector Regional, *Cândido Batista.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 4551/2007

Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2007, proferido no uso de competência delegada, foram nomeados definitivamente, após concurso, consultores jurídicos de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-MTS, actual Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Delfim Lourenço Cabral Mendes e Célia Maria Gouveia Quaresma, sendo exonerados do lugar de origem a partir da data de aceitação do novo lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Fevereiro de 2007. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Gouveia.*

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Beja

Aviso n.º 4731/2007

Por despacho do vogal da área dos recursos humanos do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 14 de Novembro de 2006, foi autorizada a transferência da assistente administrativa Ana Cristina Fernandes Lopes Candeias do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Alentejo, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Janeiro de 2007.

29 de Dezembro de 2006. — O Adjunto do Director, *António Gomes.*

Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra

Despacho (extracto) n.º 4552/2007

Por despacho de 28 de Dezembro de 2006 do vogal do conselho directivo do Instituto de Segurança Social, I. P., foi a Tânia Alexandra Miranda Gabriel, assistente administrativa, da carreira administrativa, do quadro do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro, autorizada a nomeação em comissão de serviço extraordinária na categoria de estagiária da carreira técnica superior, pelo período de um ano, com vista à reclassificação profissional na categoria de técnico superior de 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Fevereiro de 2007. — O Director, *Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4553/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de directora clínica do conselho de administração do Hospital Distrital de Faro a licenciada Maria Helena Marques Pereira Branco Gomes, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

9 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Curriculum vitae

Maria Helena Marques Pereira Branco Gomes.

Nascida no distrito de Coimbra em 22 de Maio de 1954.

Licenciada em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1981.

Assistente hospitalar em medicina física e reabilitação em 1990.

Especialista em medicina física e reabilitação pela Ordem dos Médicos em 1990.

Chefe de serviço hospitalar de medicina física e reabilitação em 2004.

Directora do serviço de medicina física e reabilitação do Hospital Distrital de Faro desde 2004.

Responsável pela equipa médica de assistência a doentes politraumatizados referenciados dos Hospitais Centrais ao HDF desde 2002.

Pós-graduação — Gestão de Unidades de Saúde, formação reconhecida pela Ordem dos Médicos (em frequência).

Formação em Gestão de Contratos PPP para Entidades Gestoras de Parcerias em Saúde. Curso de Gestão em Serviços de Saúde (Conselho Distrital da Ordem dos Médicos — 2005).

Membro da Comissão de Acompanhamento para a Gestão do Contrato de Parceria Público Privada do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul — 2004.

Membro do grupo de trabalho de apoio técnico ao lançamento do concurso de gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul — 2006.

Coordenadora regional no Algarve do Programa de Luta contra as Doenças Reumáticas — 2006.

Despacho n.º 4554/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de directora clínica do conselho de administração do Hospital de Reynaldo dos Santos, Vila Franca de Xira, a licenciada Ana Maria Alcazar Lopes Bento, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são

evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

21 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Sinopse curricular

Ana Maria Alcazar Lopes Bento, nascida a 28 de Agosto de 1952, natural de Lisboa, filha de Fernando Trindade Carvalho Bento e de Alicia Fernandez Alcazar Lopes Bento.

Inscrita na Ordem dos Médicos, Secção Regional Sul, com a cédula profissional n.º 15 999.

Formação, carreira médica e cargos actuais:

Licenciada em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Universidade Clássica de Lisboa, com a classificação final de 15 valores, em 1976;

Assistente hospitalar de medicina interna, em 1987, mediante concurso de provas públicas com a classificação de 19,7 valores;

Especialista de oncologia médica e de medicina interna pela Ordem dos Médicos, desde Dezembro de 1993;

Chefe de serviço de medicina interna do quadro médico do Hospital de Reynaldo dos Santos desde Agosto de 2000, após concurso de provimento interno geral e com a classificação de 18,9 valores;

Pós-graduação em Gestão de Unidades de Saúde pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa;

Directora da unidade funcional de oncologia médica do Hospital de Reynaldo dos Santos desde 1990;

Responsável pela equipa de cuidados paliativos do Hospital de Reynaldo dos Santos desde 1990 e directora clínica do Hospital de Reynaldo dos Santos desde 1999.

Cursos de aperfeiçoamento e valorização pessoal:

Formação Pedagógica de Formadores;
Pedagogia da Auto-Formação;
Qualidade em Saúde;
Comunicação em Situação de Crise Clínica;
Inteligência Emocional e Auto-Estima nas Equipas de Saúde;
Codificação Clínica;
Auditoria Clínica.

Outras funções e cargos:

Orientadora de formação do internato complementar de medicina interna de 1991 a 1999;

Chefe de equipa de urgência de 1990 a 1999;

Vogal da comissão de farmácia e terapêutica de 1992 a 1999;

Presidente da comissão de farmácia e terapêutica desde 1999;

Presidente da comissão de antibióticos de 1997 a 1998;

Presidente da comissão de coordenação oncológica desde 1999;

Coordenadora do registo oncológico do Hospital de Reynaldo dos Santos desde 1991;

Colaboradora do IGIF como perita para a construção das tabelas de ponderação de quimioterapia desde 1997;

Presidente do Centro de Responsabilidade Integrado das Áreas Médicas (CRIAM) do Hospital de Reynaldo dos Santos de 1998 a 1999;

Adjunta do director clínico de 1996 a 1999;

Directora do internato médico de 1996 a 1999;

Vogal do Conselho Nacional de Oncologia desde 2000;

1.º prémio do concurso nacional «Ideias para a qualidade» da Comissão Nacional de Humanização e Qualidade, com o projecto «Apoio domiciliário — Intervenção na área de doentes oncológicos em fase de cuidados paliativos» — 1995.

Membro das seguintes sociedades científicas:

Sociedade Portuguesa de Medicina Interna;
Sociedade Médica dos Hospitais Distritais da Zona Sul;
International Association for the Study of Pain (IASP);
Associação Portuguesa para o Estudo da Dor (APED);
Grupo Cooperativo do Cancro da Mama;
Grupo Cooperativo do Cancro Digestivo;
Grupo Oncológico do Sul;
Sociedade Portuguesa de Oncologia;
European Association for Palliative Care (EAPC);
Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos;
EORTC — Grupo Génito-Urinário Português.

Despacho n.º 4555/2007

Considerando a reforma e reestruturação em curso nos serviços e organismos do Ministério da Saúde decorrente do PRACE — Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que se manifesta, designadamente, mediante a publicação da nova Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, e atenta a prevista reestruturação da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, importa, desde já, adoptar as medidas que visem dar exiquibilidade ao constante na lei pela necessidade de imprimir nova orientação à gestão do serviço, na fase de reestruturação em curso.

Pelo exposto:

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, e de harmonia com o estabelecido no n.º 2 do artigo 1.º e na alínea *e*), subalínea *iv*), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, exonero a licenciada Maria Margarida Gomes Fragoso Mendes do cargo de vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2007, inclusive.

26 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Despacho n.º 4556/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Helena Susana Ferreira Marteleira para prestar colaboração no meu Gabinete, na área de comunicação social, para o efeito requisitada à Lusa — Agência de Notícias de Portugal, S. A.

2 — A presente nomeação é feita por um ano, tacitamente prorrogável, podendo ser revogada a todo o tempo sem direito a qualquer indemnização.

3 — É atribuída à nomeada a remuneração mensal estabelecida por lei para os adjuntos de gabinete ministerial, incluindo os subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono a título de suplemento mensal por despesas de representação.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 4557/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego na minha adjunta licenciada Judite da Silva Ribeiro Forte, as minhas competências para a prática de todos os actos necessários ao registo profissional dos profissionais nas áreas de diagnóstico e terapêutica, a que se refere o Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto.

2 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego na minha adjunta licenciada Maria Helena Martins Alves, as minhas competências para:

a) Autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço formulados pelos médicos internos nas condições previstas na alínea *b*) do artigo 62.º da Portaria n.º 183/2006, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Regulamento do Internato Médico;

b) Homologar a concessão de equivalências a estágios do internato médico a que se refere o artigo 91.º da Portaria n.º 183/2006, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Regulamento do Internato Médico.

3 — As competências agora delegadas podem, em caso de ausência ou impedimento, ser exercidas, indistintamente, por qualquer das dirigentes mencionadas.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora delegados.

23 de Fevereiro de 2007. — A Secretária-Geral, *Isabel Apolinário.*

Rectificação n.º 346/2007

Em virtude de ter sido publicado com inexactidão na lista de classificação final o nome de um candidato da área profissional de cirurgia